

# Década dos Afrodescendentes compõe programação do Latinidades 2015

*(SEPPIR, 15/07/2015) Organizada pela Griô Produções com o apoio da Seppir, a oitava edição do Festival da Mulher Afro-Latino-Americana e Caribenha acontece entre os dias 22 e 26 de julho, em Brasília-DF*

A partir do tema “Cinema Negro”, o Festival da Mulher Afro-Latino-Americana e Caribenha (Latinidades) será realizado nos dias 22 a 26 de julho, em Brasília-DF. No primeiro dia do evento, às 18h30, a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Nilma Lino Gomes, comporá mesa no lançamento da Década Internacional dos Afrodescendentes. A programação gratuita conta ainda com espaço literário, oficinas, exposições, shows e atividades infantis, entre outros.

***Leia mais:*** [\*Em combate ao racismo, III Quinzena da Mulher Negra é realizada na capital \(G1, 16/07/2015\)\*](#)

*Inscrições e programação completa no [site](#) do evento.*

Entre os participantes do Latinidades constam as cantoras Elza Soares, Tássia Reis e Folakemi, uma artista inglesa com ascendência nigeriana; a professora Yaba Blay, da Universidade de Drexel, nos Estados Unidos; a norte-americana Kathleen McGhee Anderson, uma premiada roteirista de televisão, teatro e cinema, além de produtora executiva de aclamadas séries televisivas; e a companhia teatral Os Crespos.

Segundo a Griô Produções, em sete anos o festival trouxe importantes temas relacionados à superação das desigualdades de gênero e raça, colocando a cultura negra da diáspora em visibilidade. Sediado no Distrito Federal, o Latinidades foi criado em 2008 para comemorar o Dia da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, 25 de julho.

“Além do seu caráter internacional, a proposta está alinhada com a

ampliação de possibilidades de circulação e diálogos entre cidades, pois realiza ações nas Regiões Administrativas do DF e tem recebido convites para fora e Brasília e do Brasil. O acesso à toda a programação é gratuito”, ressaltam os responsáveis.

### **Década dos Afrodescendentes**

Celebrada entre 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2024, a Década conta com a participação dos 196 países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), entre eles, o Brasil, que abriga pelo menos metade dos 200 milhões de afrodescendentes que vivem nas Américas e em outras partes do mundo. As atividades brasileiras alusivas à Década estão sendo desenvolvidas sob a coordenação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

“O período é uma oportunidade única de destacar a importante contribuição dada pelas e pelos afrodescendentes para nossas sociedades e propor medidas concretas para promover a sua plena inclusão, o combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância”, afirma a ONU. As ações terão o apoio dos Estados-membros das Nações Unidas, sociedade civil e demais interessados.

***Acesse no site de origem: [Década dos Afrodescendentes compõe programação do Latinidades 2015 \(SEPPIR, 15/07/2015\)](#)***

---

# **Diretora da ONU Mulheres para Américas e Caribe faz palestra**

# sobre empoderamento econômico - Brasília/DF, 22/06/2015

*(ONU Mulheres, 19/06/2015) Tema está baseado no relatório global [O Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: Transformar as economias, realizar direitos](#), da ONU Mulheres, e será apresentado, às 18h30, na OPAS, na capital federal. Agenda inclui compromissos em São Paulo, Foz do Iguaçu e Rio de Janeiro*

Acesse: [íntegra do relatório](#) (Inglês) e o resumo Executivo ([Inglês](#) | [Espanhol](#))

Clique [aqui](#) para acessar o perfil da diretora regional da ONU Mulheres para Américas e Caribe, Sra. Luiza Carvalho

A diretora regional da ONU Mulheres para Américas e Caribe, Luiza Carvalho, realiza na próxima semana, a sua primeira missão oficial ao Brasil. De 22 a 26 de junho, ela terá compromissos em Brasília, São Paulo, Foz do Iguaçu e Rio de Janeiro. Investida no cargo desde setembro de 2014, ela tem dedicado parte da agenda em missões na América Latina e Caribe para estreitar laços diplomáticos e ampliar a interlocução com autoridades, empresas e sociedade civil em favor do mandato da ONU Mulheres: a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

Entre os compromissos em Brasília, Luiza Carvalho realizará a palestra “O Progresso das Mulheres no Mundo”, às 18h, baseada em relatório homônimo sobre economia e direitos das mulheres. A apresentação acontecerá, na sede da Organização Panamericana de Saúde-Organização Mundial da Saúde, para autoridades do governo brasileiro, corpo diplomático, parlamentares, executivas, sociedade civil e imprensa.

O relatório evidencia como as economias falharam em garantir às mulheres o seu empoderamento e o pleno exercício dos seus direitos econômicos e sociais tanto em países ricos como em países pobres. Aponta, ainda, que a transformação das economias para fazer com que os direitos das mulheres se

tornem realidade é possível mediante a formulação de políticas económicas e de direitos humanos que promovam mudanças de grande alcance.

No mundo, somente metade das mulheres faz parte da força de trabalho em comparação com os  $\frac{3}{4}$  dos homens. A participação das mulheres da América Latina e Caribe no mercado de trabalho teve o maior aumento entre todas as regiões em âmbito global: de 40 a 54% entre 1990 e 2013; mas está muito distante da participação dos homens (80%). Na região, 59% dos empregos das mulheres são gerados no mercado informal, sem amparo na legislação trabalhista nem proteção social. Além disso, 17 em cada 100 mulheres latino-americanas economicamente ativas são trabalhadoras domésticas remuneradas.

O relatório também destaca as brechas persistentes nas remunerações de homens de mulheres: no mundo, as mulheres ganham em média 24% do salário dos homens; na América Latina e Caribe a diferença é 19%.

**Audiência com autoridades** - A agenda oficial da diretora regional da ONU Mulheres para Américas e Caribe, Luiza Carvalho, se iniciará na segunda-feira (22), à tarde, em Brasília. Ela se reunirá com a ministra de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Nilma Gomes, às 15h, com abordagem a políticas para mulheres negras e no âmbito da Década Internacional de Afrodescendentes, iniciada pela ONU em janeiro deste ano. Em seguida, terá audiência com o presidente do Sesi, Gilberto Carvalho, na sede da Confederação Nacional das Indústrias.

Ainda na segunda-feira (22), a diretora Luiza Carvalho será recebida pela ministra de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, às 17h, para tratar de projetos de cooperação na área de enfrentamento à violência contra as mulheres por meio do programa “Mulher, Viver sem Violência” e da Casa da Mulher Brasileira, empoderamento econômico, liderança e participação política.

Na manhã de terça-feira (23), a diretora terá audiência com os ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a ministra Tereza Campello.

O compromisso seguinte será reunião-almoço com representantes do Ministério da Justiça, Supremo Tribunal Federal, Procuradoria da República, para impulsionar as ações para a efetivação da Lei nº 13.104/2015, de tipificação do feminicídio. O Brasil é o primeiro país piloto, escolhido pela ONU Mulheres América Latina e pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, para adaptar o Modelo de Protocolo Latino-americano sobre Investigação de Mortes Violentas de Mulheres.

Em visita ao Congresso Nacional, na tarde de terça-feira (23), às 16h, Luiza Carvalho se reunirá com a Bancada Feminina.

**Movimento ElesPorElas** - Entre a agenda pública, em São Paulo, a diretora regional da ONU Mulheres participará, na quarta-feira (24), do lançamento da campanha de comunicação #ElesPorElas, desenvolvida pela ONU Mulheres Brasil e o GNT-Globosat em apoio ao Movimento ElesPorElas (HeForShe) em Solidariedade da ONU Mulheres pela Igualdade de Gênero. O evento acontecerá, das 9h30 às 14h30, no Instituto Tomie Otake. Apresentadores e apresentadoras do GNT, ativistas e especialistas discutirão os desafios para a igualdade de gênero no mundo e no Brasil. Após o evento, Luiza Carvalho será entrevistada pela jornalista Marília Gabriela para o seu programa no GNT.

Na quinta-feira (25), em Foz do Iguaçu, a diretora regional da ONU Mulheres acompanhará a adesão da Itaipu Binacional ao movimento ElesPorElas em apoio às ações no Brasil e no Paraguai. O ato terá a presença das ministras brasileira Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), e paraguaia Ana Maria Baiardi, do Ministério de la Mujer; dos diretores-gerais brasileiro e paraguaio da Itaipu, Jorge Samek e James Spalding, respectivamente; das representantes da ONU Mulheres Brasil e Paraguai, Nadine Gasman e Carolina Taborga, respectivamente; funcionárias e funcionários da empresa.

No evento, será instalado o Comitê Nacional Impulsor Brasil ElesPorElas (HeForShe), a ser composto por governos, empresas, universidades, sociedade civil, mídia e homens públicos. Este grupo impulsionará as adesões de homens ao movimento ElesPorElas e liderará ações em favor da igualdade de gênero no país.

No último dia da missão, sexta-feira (26), a diretora regional da ONU Mulheres para Américas e Caribe estará, no Rio de Janeiro, representantes da sociedade civil.

### **Eventos públicos para cobertura da imprensa:**

#### **22 de junho de 2015 (segunda-feira) - Palestra da diretora regional da ONU Mulheres para Américas e Caribe “O Progresso das Mulheres no Mundo”**

Horário: das 18h30 às 21h

Local: Organização Panamericana de Saúde-Organização Mundial de Saúde (Avenida das Nações lote 19) - Brasília | DF

#### **24 de junho de 2015 (quarta-feira) - Lançamento da campanha de comunicação ElesPorElas (HeForShe) Brasil**

Horário: das 9h30 às 14h30

Local: Instituto Tomie Otake (Rua Coropés, 88 - Pinheiros) - São Paulo | SP

#### **25 de junho de 2015 (quinta-feira) - Adesão da Itaipu Binacional ao movimento ElesPorElas (HeForShe) e instalação do Comitê Nacional Impulsor Brasil ElesPorElas**

Horário: das 15h às 17h

Local: Itaipu Binacional (Av. Tancredo Neves, 6.731) - Foz do Iguaçu | PR

***Acesse no site de origem: [Diretora da ONU Mulheres para Américas e Caribe faz palestra sobre empoderamento econômico - Brasília/DF, 22/06/2015 \(ONU Mulheres, 19/06/2015\)](#)***

---

# **#Amorproibido: dez países**

# latino-americanos e caribenhos ainda punem por lei pessoas LGBT

*(Portal Fórum, 11/06/2015) Atualmente, são 80 países que penalizam as chamadas relações homossexuais consentidas. Mesmo nos EUA, nove estados ainda criminalizam de alguma maneira a homossexualidade*

#Amorproibido. Esta é a hashtag da campanha que a organização internacional de direitos humanos Human Rights Watch (HRW) está realizando acerca da proibição e criminalização das relações homossexuais consentidas. Ainda que, nos últimos anos, tenha sido possível verificar avanços significativos sobre os direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT) em todo o mundo, muitos países continuam punindo, legalmente, as pessoas que se atrevem a terem relações homoafetivas.

Atualmente, são 80 países que penalizam as chamadas relações homossexuais consentidas, punido-as com penas rigorosas, que incluem prisão, açoites e, inclusive, a pena de morte, em muitos casos, com finalidades políticas. Na América Latina e Caribe, em especial pequenos países insulares caribenhos, 10 países ainda proíbem por lei as relações homossexuais. À exceção da Guiana, na América do Sul, os nove países restantes estão no Caribe: Antigua e Barbuda, Barbados, Belize, Dominica, Jamaica, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Santa Lucía e Trinidad e Tobago. Nos Estados Unidos, país considerado símbolo da democracia, nove estados ainda criminalizam de alguma maneira a homossexualidade: Alabama, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Flórida, Idaho, Kansas, Louisiana, Michigan e Texas.

Estes países proíbem as relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo de diversas maneiras. Muitas leis definem, erroneamente, a “sodomia” e os “atos contra a natureza”, termos utilizados, pela primeira vez, pelas potências coloniais europeias. Outras regulamentações foram introduzidas recentemente: as leis da Rússia, Nigéria e Gâmbia, por exemplo,

interpuseram medidas que restringem a capacidade das pessoas para discutirem os direitos LGBT ou para organizarem reuniões com membros da comunidade LGBT, despojando-os do seu direito a lutarem por mudanças.

Para a HRW, tais leis são utilizadas para legitimar a violência e a discriminação contra as pessoas LGBT. São uma ameaça não apenas para essas pessoas, como também para as garantias fundamentais a que todo ser humano tem direito.

A entidade divulga também gráficos para conhecer como as leis que penalizam a conduta sexual consensual entre pessoas do mesmo sexo e como a discussão dos direitos LGBT variam em todo o mundo. Em cada um dos gráficos, a Nigéria, por exemplo, cai em uma categoria de “sentenças mistas”, já que tem vários tipos de leis, tanto sob o direito penal como sob a Lei Sharia (lei islâmica). O país africano também penaliza a discussão dos direitos LGBT.

A Jamaica, por exemplo, ainda mantém a proibição do “delito aberrante de perversão sexual”, promulgada pela primeira vez na ilha em 1864. Os antecedentes da “perversão sexual” remontam ao Buggery Act, de 1533, sancionada pelo rei Enrique VIII, da Inglaterra. Segundo a HRW, uma característica distintiva das “leis sobre sodomia” contemporâneas é sua finalidade política, como estratégia para desacreditar opositores ou prendê-los, como aconteceu, em 2015, com o líder opositor Anwar Ibrahim, na Malásia.

Um dos legados jurídicos do colonialismo britânico é a proibição da sodomia, que se define como o “conhecimento carnal contra a natureza”, introduzida, em 1860, no artigo 377, do Código Penal da Índia e, posteriormente, reproduzida em todo o Império Britânico. Até hoje, os 80 países que proíbem as relações homossexuais consensuais têm normas similares ou que barram o debate sobre os direitos LGBT, e em mais da metade possível retroagir à sua origem na norma britânica.

A HRW informa que, em alguns países, as leis sobre sodomia continuam tendo vigência formal, mas, na prática, estão, em sua maioria, inativas, e são muito excepcionais os processos penais que invocam essas normas. No



entanto, mesmo que não sejam aplicadas, essas leis teriam efeitos perniciosos, pois as pessoas LGBT se veem obrigadas a viverem na sombra de leis que os consideram delinquentes. Também, com frequência, as instituições de segurança pública empregam, de maneira indevida, essas normas com fins de chantagem ou extorsão, ou motivadas por violência e discriminação.

***Acesse no site de origem: [#Amorproibido: dez países latino-americanos e caribenhos ainda punem por lei pessoas LGBT \(Portal Fórum, 11/06/2015\)](#)***

---

## **Mulheres na América Latina e Caribe, por Elizabeth Villagomez**

***(Valor Econômico, 21/5/2015)*** Há quase 20 anos, o mundo se reuniu em Pequim na 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher. Lá, 189 governos adotaram uma inovadora rota para a igualdade de gênero: a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim. Cerca de 17 mil representantes de governos e 30 mil ativistas imaginaram um mundo em que as mulheres e as meninas tivessem os mesmos direitos, liberdades e oportunidades em qualquer aspecto da vida.

Apesar de todos os progressos realizados nas últimas duas décadas, nenhum país pode pretender ter alcançado a igualdade entre homens e mulheres, especialmente em termos de empoderamento econômico das mulheres, um dos pilares para a prevenção da violência e o desenvolvimento da liderança. Na América Latina e Caribe, ainda há muito a ser feito. Nos últimos 20 anos, a taxa média de participação das mulheres na força de trabalho cresceu apenas 11%, segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) em 2012 mal ultrapassou 50%, em média. As mulheres representam apenas 49% do total de empregados da força de trabalho de forma desproporcional e 51% de todos os desocupados, entre desempregados

e à procura de emprego.

A maioria dessas mulheres que trabalham (54%) o fazem no setor informal da economia e, nos setores informais, em ocupações menos rentáveis. A diferença salarial entre homens e mulheres na América Latina atinge 17%: independentemente do nível de educação, idade ou tipo de emprego, as mulheres ganham menos que os homens por trabalho de igual valor. Além disso, sete em cada dez mulheres trabalham no setor de serviços ou em comércio, com menor produtividade, salários e níveis de proteção social. O impacto sobre as finanças públicas sobre essas lacunas é óbvio.

Além disso, alguns governos da região estão utilizando ou pretendem utilizar o imposto de renda como um instrumento para reduzir a informalidade. No entanto, a ausência de uma análise rigorosa sobre como reduzir a informalidade entre as mulheres pode acabar custando vários milhões aos cofres públicos.

O setor do trabalho doméstico remunerado é a ocupação mais importante para as mulheres na América Latina a partir de um ponto de vista numérico: 14, entre 100 mulheres que trabalham, estão neste setor. Apesar de avanços na proteção dessas trabalhadoras, ainda há resistência de muitos países para ratificar a Convenção 189, da Organização Internacional do Trabalho, que protege os direitos delas e as tornam contribuintes para sistemas de seguridade social. O trabalho delas é de vital importância frente à ausência de serviços públicos de qualidade para o cuidado de dependentes, entre eles crianças e pessoas idosas.

De acordo com a Cepal, uma em cada três mulheres na América Latina e Caribe não possui renda própria em comparação com 11,7% dos homens. Isso tem consequências em todo o ciclo de vida das mulheres e tem um impacto negativo sobre o custo social. Se, de um lado, elas não contribuem para os sistemas de seguridade social ou deixam de fazê-lo em algum momento devido a suas responsabilidades familiares, por outro, a tendência de aumento de domicílios com mulheres chefes de família junto com o envelhecimento de nossas sociedades apontam claramente que tanto as políticas fiscais como sociais devem se complementar e adaptar a essas novas realidades, reconhecendo o trabalho de reprodução social não remunerado

feito, na sua maioria, pelas mulheres. Até o momento, somente alguns países estão aproveitando a expansão de pisos de proteção social na América Latina e Caribe.

Na nossa região, as mulheres trabalham de 14 a 30 horas semanais a mais do que os homens, se levarmos em conta o trabalho não remunerado, ou seja, os cuidados com a família.

Estimase que 90% de toda a atenção doméstica não remunerada é assegurada pelas mulheres, representando entre 30% a 50% do PIB, de acordo com diferentes estudos realizados em todo o mundo pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Quaisquer alterações orçamentárias ou fiscais que afetam o uso do tempo nas famílias têm impacto direto sobre a decisão das famílias e, particularmente, sobre as mulheres.

Além disso, como concluiu o relatório da relatora especial sobre a pobreza extrema e os direitos humanos, os Estados não podem ignorar a desigualdade nas responsabilidades de cuidados desiguais, pois isso limita diretamente o gozo igual dos direitos humanos por mulheres e influencia a sua pobreza. Esse relatório convida os Estados a facilitar, financiar, apoiar e regular esse tipo de trabalho para evitar a violação de suas obrigações em matéria de direitos humanos.

As políticas fiscais também podem e devem se orientar pela redução das desigualdades entre homens e mulheres. Como instrumento fundamental na redistribuição de renda, a Plataforma de Ação de Pequim envia um sinal claro para a cidadania sobre as responsabilidades do Estado com garantia de igualdade de oportunidades para todos e todas. Impulsionar as políticas fiscais que compreendam desde incentivos ajustados às realidades das mulheres para sair da informalidade a incentivos para as empresas introduzirem a corresponsabilidade no cuidado de pessoas dependentes ou contratar mulheres em setores e ocupações não tradicionais, assim como uma arrecadação mais justa, sem dúvida contribuirá para que os Estados cumpram com os compromissos assumidos há 20 anos.

*Elizabeth Villagomez é assessora regional para o Empoderamento Econômico*

na ONU Mulheres América Latina e Caribe.

**Acesse no site de origem:** [Mulheres na América Latina e Caribe, por Elizabeth Villagomez \(Valor Econômico, 21/05/2015\)](#)

---

# Ministra Eleonora Menicucci inaugura seção de Opinião do portal da ONU Mulheres América Latina e Caribe

*(ONU Mulheres, 19/05/2015)* Em artigo exclusivo, ministra brasileira destaca investimentos do governo federal para a eliminação da violência contra as mulheres

O site da ONU Mulheres América Latina e Caribe publicou, nesta terça-feira (19/05), o artigo da ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), Eleonora Menicucci. O artigo “Tolerância zero com a violência contra as mulheres” inaugura a seção opinativa do site chamada [“La Pluma Invitada”](#).

No texto, a ministra Eleonora Menicucci destaca a importância dos regimes democráticos de romperem com a cultura da banalização da violência. Esse compromisso é que levou a SPM à criação do programa “Mulher, viver sem Violência”, que é, de fato, a implementação da Lei Maria da Penha nas áreas urbanas, rurais e ribeirinhas do país. Dividido em seis eixos, o programa articula as ações dos governos federal, estaduais e municipais, Sistema de Justiça, Saúde e Segurança Pública, parceiros fundamentais na luta para romper com a cultura discriminatória da nossa sociedade.

Leia abaixo o texto na íntegra.

O nosso governo, liderado pela presidenta Dilma Rousseff, tem tolerância zero com a violência contra as mulheres. Em um país democrático, onde as instituições estão consolidadas, é preciso romper com a cultura da banalização da violência. Esta é uma tarefa de todos os poderes – Executivo, Legislativo, Judiciário – e da sociedade civil.

Para tanto, estamos implantando um dos mais ousados programas de enfrentamento à violência de gênero, o “Mulher, viver sem Violência”, que é a implementação, de fato, da lei Maria da Penha nas áreas rurais, urbanas e ribeirinhas de todo o país.

O programa tem seis eixos. O primeiro é a Casa da Mulher Brasileira, que já está em pleno funcionamento em Campo Grande/MS e, em breve, em todas as capitais brasileiras. O local reúne todos os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência: acolhimento e triagem, apoio psicossocial, Delegacia Especializada, Juizado/Vara Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, Promotoria Especializada, Defensoria Pública, serviço de promoção de autonomia econômica, brinquedoteca, alojamento de passagem e central de transportes. O importante é o acesso a todos os serviços em um dia só e a possibilidade de obter no local a medida protetiva.

A Casa inaugurada em Campo Grande atendeu, em dois meses de funcionamento, 1.427 mulheres, o que demonstra o gargalo que existia no estado. Em maio, será inaugurada a segunda Casa, em Brasília. Estão em obras as de Salvador (BA), São Luís (MA), Boa Vista (RR), Fortaleza (CE) e Curitiba (PR).

O segundo eixo refere-se à Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, que se tornou disque-denúncia em 2014, por meio da Lei 13.025/2014. Com isso, o atendimento à mulher em situação de violência foi agilizado e a denúncia já pode gerar um boletim de ocorrência. Em 2014, a central realizou 485.105 atendimentos. Destes, 52.957 são de relatos de violência. Chamou a atenção, também, o aumento das ligações oriundas das áreas rurais, que quadruplicou de 2013 para 2014. Parte desta interiorização pode ser creditada ao trabalho das unidades móveis – ônibus e barco – que levam informações sobre o serviço aos pontos mais distantes das capitais.

As unidades móveis fazem parte do sexto eixo do programa. Por meio delas, iniciamos a universalização do acesso das brasileiras aos serviços de atendimento. O Governo Federal entregou 54 ônibus para todos os estados que levam para as mulheres do campo e da floresta serviços e informações, além de capacitação sobre os direitos da Lei Maria da Penha. Além disso, em parceria com a Caixa Econômica Federal, por meio dos barcos-agência, esse serviço chega ao arquipélago da ilha do Marajó/PA, e em breve navegaremos no Rio São Francisco e no Rio Amazonas.

Outro eixo trata da organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual. Entre outras ações, prevê aprimorar a coleta e guarda de vestígios de violência sexual; ampliar fluxos e protocolos de atendimento à vítima; e integrar serviços de referência em saúde. O material é guardado, de acordo com a legislação, e os peritos do Instituto Médico Legal (IML) validam o laudo que servirá como prova no processo.

Um grande avanço para o cumprimento das metas desse eixo foi a publicação, em 26 de março deste ano, da Portaria Interministerial 288, que orienta a organização e integração do atendimento às vítimas de violência sexual. Para isto, os profissionais de segurança pública e do Sistema Único de Saúde (SUS) recebem treinamento para um atendimento humanizado.

O programa “Mulher, Viver sem Violência” também inclui a implantação e manutenção dos Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca. Três centros estão em funcionamento, com núcleo de atendimento a mulheres que são traficadas para fins de exploração sexual: Pacaraima (RR), Oiapoque (AP) e Foz do Iguaçu (PR). Estamos ampliando para mais sete (Corumbá/MS, Ponta Porã/MS, Jaguarão/RS, Santana do Livramento/RS, Bonfim/RR, Tabatinga/AM e Brasiléia/AC).

Realizamos campanhas que sensibilizam a sociedade brasileira, para que esta abrace a causa da tolerância zero com a violência contra as mulheres. Este é o quinto eixo do Programa.

Além de todas essas ações, agimos para tornar a nossa legislação ainda mais rigorosa. Na semana do 8 de março, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei do feminicídio (Lei 13.104/2015), que torna hediondo o assassinato de

mulheres por questões de gênero. Dessa maneira, o Brasil passou a ser o 16º país da América Latina que tipifica o feminicídio, com pena de 12 a 30 anos, podendo ser agravada de 1/3 até a metade se o assassinato ocorrer na frente de crianças, se a vítima estiver grávida, tiver menos de 14 anos, mais de 60 ou se for uma pessoa com deficiência.

Tenho orgulho de estar à frente deste ministério de Política para as Mulheres, ser parceira da presidenta Dilma nesta luta incansável e cotidiana que é o enfrentamento à violência contra as mulheres.

\*Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

***Acesse no site de origem:*** [Ministra Eleonora Menicucci inaugura seção de Opinião do portal da ONU Mulheres América Latina e Caribe \(ONU Mulheres, 19/05/2015\)](#)

---

# **ONU Mulheres apresenta agenda de políticas para transformar as economias e acelerar a igualdade de gênero como uma realidade**

***(ONU Mulheres, 27/04/2015)*** Relatório global “O Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: transformar as economias para realizar direitos” propõe que a economia inclua as mulheres e beneficie a sociedade como um todo. O documento está sendo apresentado simultaneamente em sete cidades: Cidade do México é a sede do lançamento para América Latina e Caribe

Acesse: [íntegra do relatório](#) (Inglês) e o resumo Executivo ([Inglês](#) | [Espanhol](#))

(Cidade do México, 27 de abril de 2015) - A ONU Mulheres apresenta hoje (27/4) o seu relatório global “O Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: transformar as economias para realizar direitos”. O lançamento global acontece simultaneamente em sete cidades do mundo: Alexandria, Bangkok, Cidade do México, Londres, Nairóbi, Nova Iorque e Sidney.

***Leia também:***

[\*ONU aponta aumento do número de brasileiras com carteira assinada em 8 anos \(Agência Brasil, 27/04/2015\)\*](#)

[\*Desigualdade de gênero no mercado de trabalho persiste, diz ONU \(Agência Brasil, 27/04/2015\)\*](#)

[\*Como o Brasil está tentando diminuir a desigualdade de gênero no mercado de trabalho \(Brasil Post, 27/04/2015\)\*](#)

O relatório evidencia como as economias falharam em garantir às mulheres o seu empoderamento e o pleno exercício dos seus direitos económicos e sociais tanto em países ricos como em países pobres. Aponta, ainda, que a transformação das economias para fazer com que os direitos das mulheres se tornem realidade é possível mediante a formulação de políticas económicas e de direitos humanos que promovam mudanças de grande alcance.

A partir deste relatório, a ONU Mulheres apresenta a visão de uma economia mundial em que as mulheres tenham acesso igualitário aos recursos produtivos como emprego de qualidade, crédito, tecnologia ou propriedade, a proteção social, incluindo serviços de cuidados, e também garanta a elas condições suficientes para uma vida digna. Essa visão eliminaria os estereótipos sobre o que as mulheres e os homens podem e devem fazer e garantir que as mulheres possam trabalhar e viver sem ser alvo de violência. Baseado em evidências e exemplos de políticas que estão produzindo mudanças, o relatório apresenta 10 recomendações-chave para avançar e na direção de uma economia que assegure às mulheres o seu empoderamento e o exercício dos seus direitos que gerem benefícios para a sociedade em seu conjunto e para o desenvolvimento sustentável em cada país e no mundo.

Os dados e as análises apresentadas revelam que essa visão está longe de se



tornar realidade. No mundo, somente metade das mulheres faz parte da força de trabalho em comparação com os  $\frac{3}{4}$  dos homens. A participação das mulheres da América Latina e Caribe no mercado de trabalho teve o maior aumento entre todas as regiões em âmbito global: de 40 a 54% entre 1990 e 2013; mas está muito distante da participação dos homens (80%). Na região, 59% dos empregos das mulheres são gerados no mercado informal, sem amparo na legislação trabalhista nem proteção social. Além disso, 17 em cada 100 mulheres latinoamericanas economicamente ativas são trabalhadoras domésticas remuneradas.

O relatório também destaca as brechas persistentes nas remunerações de homens de mulheres: no mundo, as mulheres ganham em média 24% do salário dos homens; na América Latina e Caribe a diferença é 19%.

O trabalho doméstico e de cuidado não remunerado recai desproporcionalmente sobre as mulheres. Nos países da região que possuem estudos sobre uso do tempo, as mulheres realizam entre dois ou cinco vezes mais o trabalho de cuidados e doméstico não remunerado que os homens, o que limita suas oportunidades educativas, trabalhistas e menos tempo para descanso, lazer ou participação política.

O relatório ressalta a necessidade de incrementar os investimentos em serviços sociais acessíveis e sensíveis ao gênero para reduzir a pobreza e a desigualdades. “Nossos recursos públicos não estão direcionados para onde são mais necessários: por exemplo, para garantir água segura e saneamento, atenção sanitária de qualidade e serviços de cuidados decentes para crianças e pessoas idosas. Quando não existem serviços públicos, as carências recaem principalmente sobre as mulheres e as meninas”, afirma a diretora executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka. “Essa falta de serviços afeta bilhões de mulheres no mundo. Precisamos de políticas que facilitem que tanto as mulheres como os homens possam cuidar das suas pessoas queridas sem ter que sacrificar a sua própria segurança econômica, prosperidade e independência”.

No relatório, a ONU Mulheres sustenta que uma economia desenhada tomando em conta as necessidades das mulheres proporciona igualdade na hora de influir na tomada de decisões econômicas: na maneira em que

investem o tempo e dinheiro nos seus lares ou como se reúnem e aportam recursos em âmbito nacional até o modo em que se estabelecem os parâmetros econômicos mais gerais por parte das instituições mundiais.

“Se a economia trabalhasse para todas as mulheres, suas opções na vida não estariam limitadas por estereótipos de gênero, estigmas nem violência. Elas poderiam desfrutar de uma independência econômica que lhes permitissem manter um padrão de vida decente, desde o nascimento até a velhice”, destaca Luiza Carvalho, diretora regional da ONU Mulheres para América Latina e Caribe. “É necessário com urgência uma agenda transformadora que permita maior igualdade e redistribuição para construir economias que funcionem para as mulheres e os homens por igual. Nossa região está avançando, mas precisamos acelerar o ritmo até a igualdade efetiva e de fato”.

“As políticas macroeconômicas podem e devem respaldar o cumprimento dos direitos das mulheres, criando economias dinâmicas e estáveis, gerando empregos decentes e mobilizando recursos para financiar serviços essenciais”, frisa Carvalho. “Os governos devem ir além das antigas métricas de crescimento como o PIB e a baixa inflação, isto é, quantificar o crescimento em termos de cumprimento dos direitos humanos”, pontuou.

Acesse no site de origem: [ONU Mulheres apresenta agenda de políticas para transformar as economias e acelerar a igualdade de gênero como uma realidade \(ONU Mulheres, 27/04/2015\)](#)

---

## **O lento caminho das latino-americanas rumo à igualdade**

**(El País, 05/12/2014)** A igualdade de gênero está ganhando força no debate público na América Latina. Quase 23 milhões de mulheres entraram para o mercado de trabalho nos últimos dez anos, conquistaram um maior espaço na

sociedade e estão mais protegidas pelas leis. Entretanto, 50% dos empregos delas ainda são precários, 28% das latino-americanas com menos de 20 anos já são mães e a violência machista está incrustada na sociedade. Os avanços, lentos e heterogêneos, tiveram resultados diferentes em cada país e, principalmente, no meio urbano e rural. Falta, sobretudo, criar melhores condições para que exerçam os direitos conquistados.

Essas são as principais conclusões da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, um órgão da ONU), que divulgou em novembro três estudos sobre a igualdade de gênero. Os dados serão debatidos pela ONU ao longo de 2015, por ocasião do vigésimo aniversário da Quarta Conferência Mundial da Mulher, realizada em 1995 em Pequim.

A organização salienta que 22,8 milhões de mulheres entraram no mercado de trabalho da América Latina nos últimos dez anos, graças a uma melhora dos níveis educacionais e do crescimento econômico. São 100 milhões de mulheres trabalhando atualmente na América Latina, mas essa cifra representa apenas 50% das mulheres em idade economicamente ativa, em contraste com 80% dos homens empregados. Metade das mulheres empregadas ocupam postos de trabalho precários. “Não foi alterada a estrutura do mercado de trabalho. A maioria está no setor público ou de serviços, são professoras ou enfermeiras. E 15% ainda permanecem no serviço doméstico”, relata Sonia Montañó, diretora da Divisão de Assuntos de Gênero da CEPAL.

Por causa das insuficientes políticas públicas para melhorar o acesso ao emprego, apenas 38,4% das mulheres mais pobres - com menor escolaridade e com mais obstáculos na hora de delegar responsabilidades domésticas e familiares - têm trabalho. Já entre as mulheres submetidas a menos obrigações familiares e com mais recursos para pagar por cuidados aos seus filhos o nível de ocupação chega a 62%. “Muitas precisam recorrer ao setor informal e trabalhar em más condições para compatibilizar o cuidado com os filhos e a busca por renda”, acrescenta a especialista.

Essa desvantagem econômica pode torná-las mais vulneráveis à violência machista, uma das principais manchas na região, apesar da aprovação de leis de proteção à mulher. Essas políticas se centraram sobretudo no

atendimento às vítimas, com a criação de linhas telefônicas e delegacias especializadas para que elas possam denunciar abusos. Mas o principal obstáculo continua sendo a lentidão da Justiça, que não resolve a maioria dos casos. E seriam necessários mais programas de prevenção à violência, segundo a diretora.

Outro problema que as latino-americanas mais pobres enfrentam é a gravidez adolescente. Cerca de 18% de todas as parturientes na região são menores de 20 anos, e 28% das jovens nessa faixa etária já foram mães. Cifras que pararam de melhorar na década de noventa, e são superadas apenas pelas da África Subsaariana. A autonomia da mulher com relação ao próprio corpo ainda enfrenta uma sociedade conservadora e religiosa, que questiona seus direitos sexuais e reprodutivos. Muitas não têm acesso a anticoncepcionais ou preservativos; às vezes nem sequer recebem educação sobre esse tema. Além disso, a maioria dos países permite o aborto apenas em determinados casos; muitos ainda prendem mulheres que se submetem a essa prática.

Montaño considera, por outro lado, que um dos maiores avanços foram as leis de cotas nos sistemas eleitorais, que, entre 2003 e 2013, permitiram um aumento de 19% para 26% na participação feminina nos Poderes Legislativos da região. Nos países que adotaram essas medidas, como Argentina, Costa Rica, Equador, México e Nicarágua, a presença de mulheres no Parlamento está em torno de 40%; em outros, como o Brasil e Panamá, a cifra não chega a 10%. “Mas a perseguição política e as chantagens fazem com que muitas renunciem aos seus cargos. E há algumas armadilhas, como deixar as mulheres no final das listas eleitorais”, acrescenta. Mesmo assim, a CEPAL salienta que há cada vez mais juízas, prefeitas e ministras na região, que elegeu seis presidentas nos últimos anos.

## **Os dados sobre igualdade de gênero em América Latina**

- 22,8 milhões de mulheres entraram no mercado de trabalho nos últimos 10 anos, segundo a CEPAL.
- Há 100 milhões de mulheres ocupadas, mas elas representam apenas

50% das latino-americanas em idade economicamente ativa.

- Os empregos precários são metade do total de empregos femininos.
- Os empregos precários são metade do total de empregos femininos.
- O aborto sem restrições está permitido apenas em Cuba, Uruguai, Cidade do México e Porto Rico.
- Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela são países onde o aborto é permitido em caso de risco para a saúde da mulher, malformação do feto ou estupro.
- Chile, Honduras, El Salvador, Nicarágua e República Dominicana penalizam o aborto em todas as circunstâncias.
- Na maioria dos países que possuem uma legislação de cotas ou de paridade, o número de mulheres no Parlamento cresceu: de 3,7% para 41,6% no Equador; de 10,1% para 38,6% na Costa Rica; de 23,2% para 37,4% no México; e de 6,3% para 36,6% na Argentina.

*Felipe Betim*

**Acesse no site de origem:** [O lento caminho das latino-americanas rumo à igualdade \(El País, 05/12/2014\)](#)

---

## **ONU Mulheres busca empoderar mulheres na América Latina e no Caribe**

**(Rádio ONU, 04/12/2014)** Da cidade do Panamá, em entrevista à Rádio ONU, a nova diretora da ONU Mulheres para a região, Luiza Carvalho, falou sobre os desafios da agenda de promoção do equilíbrio de gêneros para mulheres da América Latina e Caribe. “Nós temos observado que na América

Latina, de uma maneira geral e no Brasil em particular, houve um grande avanço legislativo. Nós temos um marco legal em operação que de fato é bastante diferenciado do que era a 20 anos atrás. Esses marcos são todos no sentido de garantir a mulher o direito a uma vida livre de violência. Por exemplo, no Brasil, a gente tem a lei Maria da Penha, que é uma lei exemplo, é uma lei muito copiada em outros países e que trouxe como resultado um aumento de quase 110% do número de processos judiciais contra agressores”, comentou a diretora.

***Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [ONU Mulheres busca empoderar mulheres na América Latina e no Caribe \(Rádio ONU, 04/12/2014\)](#)***

---

## **Informe Cepal traz recomendações sobre políticas de atendimento a mulheres**

***(Luciana Araújo/Agência Patrícia Galvão, 28/11/2014)*** A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) publicou no início deste mês o [Informe Anual 2013-2014: O Enfrentamento à violência contra as mulheres na América Latina e Caribe](#). O documento aponta “grandes avanços” nos tipos jurídicos aplicáveis ao enfrentamento à violência contra as mulheres, impulsionados pela ampla ratificação da Convenção para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw) e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará). “Uma mudança de paradigma jurídico, legislativo e cultural, que rompe a fronteira entre o público e o privado e alça definitivamente a questão da violência doméstica contra as mulheres à esfera pública”, afirma.

No entanto, o relatório ressalta que permanecem como desafios o reconhecimento das distintas formas de violência contra a mulher e a sistematização de informações internamente aos países e na região como um todo. A falta de homogeneidade na apuração e consolidação dos dados é apontada como um entrave que dificulta a comparação e estabelecimento da real dimensão do problema no plano interno dos países e em nível internacional. Trata-se de um problema que a Comissão de Estatísticas da ONU vem buscando solucionar, tendo inclusive aprovado, em 2013, diretrizes para a formulação de estatísticas sobre a violência contra as mulheres. O Brasil integra esta Comissão.

Outro desafio listado no Informe é que os países coloquem em prática uma atuação articulada das instituições para assegurar o desenvolvimento de políticas integrais de atendimento às mulheres vítimas da violência e fazer avançar o alcance destas para além das grandes concentrações urbanas. Da mesma forma, é reafirmado o diagnóstico já apontado por organizações feministas de que ainda são insuficientes as políticas de prevenção, aí inserido um projeto educacional que contribua para a igualdade de gênero, assim como de reparação às vítimas.

Já na apresentação do trabalho, a secretária Executiva da Cepal e supervisora do relatório, Alicia Bárcena, aponta ainda que os dados mostram que “como em outros campos do desenvolvimento das políticas de igualdade de gênero, mantém-se a dicotomia entre as mulheres e as famílias como sujeitos de direito, o que leva à persistência de políticas ainda muito focadas no combate à violência doméstica e intrafamiliar, em detrimento de ações de enfrentamento à violência contra as mulheres em suas outras formas de manifestação e espaços de produção e reprodução”.

Apenas 10 dos 33 países da região têm leis consideradas integrais de enfrentamento à violência contra a mulher (Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, República Dominicana, México, Nicarágua e Venezuela).

### **A situação brasileira**

**Mercado de trabalho** - O Informe aponta que, apesar de a lacuna de gênero

em termos de participação no mercado de trabalho ser uma das menores na região, no Brasil a desigualdade nas taxas de desemprego entre homens e mulheres, em prejuízo destas, é a maior.

Também o número de horas destinadas ao trabalho não remunerado é maior entre as mulheres ocupadas em relação aos homens, o que, somado ao trabalho remunerado, impõe às mulheres uma sobrecarga. De acordo com o relatório, em 2011 o tempo destinado ao trabalho remunerado no Brasil era de 42 horas semanais para os homens e 34 para as mulheres, enquanto elas dedicavam 20 horas semanais às atividades não remuneradas e eles, apenas 5 horas ao longo da semana.

**Participação política** - No âmbito da política e dos espaços de poder, o documento destaca que a presença de mulheres nas esferas legislativas da região aumentou de 19% para 26%. No Brasil, considerando o Legislativo federal eleito em 2014, as mulheres são 9,94% da Câmara dos Deputados e serão 15,6% do Senado, caso permaneçam no exercício do mandato as cinco eleitas neste pleito e as oito cujos cargos seguem em vigor até 2018.

**Direitos sexuais e reprodutivos** - Entre 2000 e 2010, caiu de 14,8% para 11,8% o índice de gravidezes de mulheres entre 15 e 19 anos no país - colocando o Brasil no segundo lugar regional em relação à redução da maternidade na adolescência, atrás apenas do Uruguai. O Informe destaca que o indicador gravidez e maternidade na adolescência, além de expressar “profundas desigualdades sociais, culturais, de gênero e raça/etnia presentes na região”, é um obstáculo à incorporação de mulheres jovens no mercado de trabalho e “expõe as meninas e jovens a um risco maior de violência física ou sexual por parte dos parceiros. Como indicam as taxas de prevalência duas a três vezes maiores entre as mulheres que tiveram o primeiro filho antes dos 17 anos em comparação com as que foram mães depois dos 25 anos, segundo dados da Opas[Organização Pan-Americana de Saúde] divulgados este ano”.

Segundo o relatório, quando da realização de pesquisas no país (assim como na Jamaica e no Peru), foi apresentada às mulheres a opção de responder se sua primeira relação sexual foi “desejada” (ao invés de perguntar se foi “forçada”). Como resultado constatou-se uma quantidade significativa de respostas negativas, o que evidencia a pressão a que muitas mulheres jovens



são submetidas para que pratiquem sexo, a necessidade de desenvolver mecanismos de pesquisas mais qualificados para medir tal situação e a importância da educação sexual de adolescentes e jovens, homens e mulheres.

Como na maior parte da região, também seguem pendentes no Brasil mudanças na legislação que garantam o respeito à autonomia da mulher e a criação e melhoria das condições de acesso a serviços de interrupção voluntária da gravidez, “a despeito do compromisso assumido pelos Estados no Consenso de Brasília (2010) de ‘revisar as leis que preveem medidas punitivas às mulheres que tenham se submetido a abortos (...) e garantir a realização do aborto em condições seguras nos casos autorizados em lei’”.

**Enfrentamento à violência** – O documento destaca a experiência brasileira da Lei Maria da Penha, “ponto central da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres” e o Programa Mulher, Viver sem Violência, que busca efetivar a Lei articulando ações entre a União, Estados, o Distrito Federal e os municípios, bem como o Poder Judiciário, Ministério Público, Segurança Pública e as redes de Saúde, Educação, Assistência Social, Trabalho e Habitação. Também são citadas como elementos chave do Programa a ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; as campanhas contínuas de conscientização previstas no Programa; e a Casa da Mulher Brasileira e os Centros de Atenção à Mulher nas regiões de fronteira seca.

Além da iniciativa da Advocacia Geral da União, de propor ações regressivas que imponham aos agressores a indenização ao Estado pelos gastos derivados da violência doméstica, também é destacada a criação, em 2011, do Disque 100, para denunciar abuso sexual contra crianças e adolescentes, além de casos de violações a direitos humanos da população adulta, especialmente negros e LGBTs.

Também é destacada no Informe a importância de as pesquisas de demografia e saúde incorporarem questões sobre a violência contra mulheres para favorecer a identificação dos problemas centrais que devem ser enfrentados por quaisquer políticas públicas que se proponham a instituir medidas efetivas e eficazes para a prevenção, punição e erradicação da

violência física e sexual, em particular nas relações afetivas. No Brasil, o último levantamento oficial que incluiu esse dado constante do Informe da Cepal data de 1996, a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde do IBGE.

A Estratégia Nacional de Fronteiras, sob responsabilidade de Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, também é mencionada entre as experiências mantidas em 15 países da região que contam com legislação específica para combater o tráfico de pessoas.

O Brasil é citado ainda como uma das exceções, ao lado do México e da Colômbia, onde o montante orçamentário destinado à prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher é especificado no orçamento geral.

## **O relatório**

O Informe analisa, a partir das distintas respostas governamentais, os avanços obtidos ao longo dos últimos 20 anos no enfrentamento às violações dos direitos das mulheres na América Latina e Caribe e a atual situação das mulheres nos países da região; os fatores que perpetuam as desigualdades de gênero no tocante à autonomia física, econômica e à participação política, e como essas diferenças sociais de inserção estão relacionadas à violência sofrida pelas mulheres; o marco normativo e as formas de violência sexista reconhecidas no âmbito do Direito internacional; e os reflexos das políticas públicas desenvolvidas para conscientização da população e dos agentes dos Estados. Também se busca analisar se houve avanço na qualidade dos serviços públicos oferecidos e na vida das mulheres vítimas da violência que contribuam para a autonomia feminina e a construção de sociedades “mais justas, igualitárias e democráticas”.

E foram analisadas, em particular, as iniciativas assumidas pelos judiciários e demais órgãos do Sistema de Justiça dos 33 países, como os ministérios públicos e defensorias.

O documento aponta ainda como o enfrentamento a essas violações vem ganhando força na agenda de trabalho dos organismos internacionais de forma transversal. E destaca a importância da incorporação da perspectiva

de gênero em todas as políticas públicas adotadas pelos Estados, ao afirmar que “os avanços no enfrentamento à violência contra as mulheres no âmbito internacional se confrontam reiteradamente com as desigualdades verificadas entre os direitos legalmente consagrados e seu exercício efetivo”. Nesse sentido é ressaltada a contribuição do Modelo de Protocolo Latino-Americano de Investigação de Mortes Violentas de Mulheres por Razões de Gênero, formulado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e pela ONU Mulheres - [que está sendo adaptado à realidade brasileira](#) com o objetivo de qualificar a ação do Estado na apuração e punição de casos de feminicídio.

O Informe é produzido regularmente pelo Observatório da Igualdade de Gênero na América Latina e Caribe da Cepal, constituído pela Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), a ONU Mulheres, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a Secretaria Geral da Conferência Ibero-Americana (Segib) e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid).

---

## **Publicação da ONU destaca a contribuição de mulheres brasileiras para a desarmamento**

**(ONU Brasil, 28/11/2014)** Na ocasião do Dia Internacional da ONU para Eliminação da Violência contra Mulheres, no último dia 25 de novembro, o Centro Regional das Nações Unidas para a Paz, o Desarmamento e o Desenvolvimento na América Latina e no Caribe (UNLIREC) lançou uma publicação que reúne histórias de mulheres de todos os países da região que contribuem para o avanço do empoderamento das mulheres nas áreas da segurança e do desarmamento.

Com o título “Forças da Mudança II: Reconhecendo a contribuição das mulheres da América Latina e do Caribe para o Desarmamento”, a publicação também presta homenagens às mulheres que conseguiram conquistar a essência da Resolução 65/69, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 2010, sobre o papel das mulheres no desarmamento e a não proliferação e controle de armas.

“Os únicos e verdadeiros meios para implementar plenamente o espírito da resolução 65/69 é abraçar verdadeiramente o papel crucial desempenhado pelas mulheres e garantir o seu lugar como ‘forças da mudança’”, disse a alta representante da ONU para Assuntos de Desarmamento, Angela Kane, reforçando que a publicação é uma ilustração emblemática da valiosa contribuição das mulheres para os esforços de desarmamento.

Seis brasileiras das mais diversas áreas de atuação fazem parte da publicação: a secretária nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Regina Maria Filomena de Luca Miki; a assistente de investigação do Programa da ONU para o Desenvolvimento (PNUD), Gabriela Dutra; as antropólogas, Haydeé Caruso e Ana Paula Lage de Oliveira; a delegada da Polícia Federal, Alessandra Borda; e a major da reserva da Polícia Militar de São Paulo, Tania Pinc.

***Acesse no site de origem: [Publicação da ONU destaca a contribuição de mulheres brasileiras para a desarmamento \(ONU Brasil, 28/11/2014\)](#)***